

ESTUDOS CULTURAIS E LITERATURA ORAL: DO PLANEJAMENTO À TRANSCRIÇÃO, TEXTUALIZAÇÃO E TRANSCRIÇÃO

CULTURAL STUDIES AND ORAL LITERATURE: FROM PLANNING TO TRANSCRIPTION, TEXTUALIZATION AND TRANSCRIPTION

Reginâmio Bonifácio de Lima

1. Professor EBTT de História do Colégio de Aplicação da Ufac. Membro da Academia Acreana de Letras.

*Autor correspondente: reginamiobonifacio@yahoo.com.br

Recebido: 20/02/2017; Aceito 05/17/2017

RESUMO

A narrativa das memórias pode se dar de diversas formas, inclusive de trajetórias de vida ou de literatura oral. A fala, o texto transcrito e a escrita transcrita despertam paixão e interesse não só pela sua repercussão cotidiana, mas pela diversidade, diferença e linguagem utilizadas que levam os interlocutores às ideias e diálogos. Levam a possibilidades. As entrevistas coletadas passaram por três etapas iniciais: a) a transcrição que é a primeira versão escrita dos depoimentos, nela se busca reproduzir fielmente tudo o que foi dito sem recortes ou acréscimos; b) a textualização na qual se omite o entrevistador e se afere ao narrador a titularidade das narrativas; c) a transcrição em que o texto é recriado a ponto de ser coerente e fazer sentido para o leitor que não teve acesso ao diálogo inicial. As identidades estão sempre em curso, é na relação tempo/espaço que se tensiona a memória que almeja conhecer as referências fundamentais do passado. Os entrevistados narram os acontecimentos que perpassam de forma transcendente aquilo que se apresenta de forma mais imediata em suas vidas, ora por aspectos comuns, ora por experiências do cotidiano. O Ato transcriativo e a ação transcriadora são produzidos a partir das memórias dos sujeitos lembrantes que atuaram produzindo reminiscências e reproduzindo trajetórias de vida. O trabalho com fontes orais deve ser reflexivo, ponderando os fatos e se propondo a interferir na transformação social. A partir dos depoimentos gravados, transcritos, textualizados e transcritos, acreditamos ser possível conhecer a visão que os entrevistados têm de suas próprias trajetórias de vida, em consonância e/ou dissonância com a temática estabelecida para abordagem.

Palavras-chave: literatura oral, transcrição, textualização, transcrição.

ABSTRACT

The narrative of memories can take place in several forms, including life trajectories or oral literature. The speech, the transcribed text and the transcribed writing arouse passion and interest not only for its daily repercussion, but for the diversity, difference and language used that lead the interlocutors to the ideas and dialogues. They lead to possibilities. The collected interviews went through three initial stages: a) the transcription that is the first written version of the testimonies, in which one seeks to reproduce faithfully all that was said without cuts or additions; b) the textualisation in which the interviewer is omitted and the narrator's ownership of the narratives is assigned; c) the transcription in which the text is recreated to the point of being coherent and making sense for the reader who did not have access to the initial dialogue. The identities are always in progress, it is in the time / space

relationship that the memory tensions that seek to know the fundamental references of the past. The interviewees narrate the events that transcend in a transcendent way what is presented in a more immediate way in their lives, sometimes by common aspects, or by everyday experiences. The transcritical act and transcriber action are produced from the memories of the remembering subjects who acted producing reminiscences and reproducing life trajectories. Work with oral sources should be reflective, pondering the facts and proposing to interfere with social transformation. From the testimonies recorded, transcribed, textualized and transcribed, we believe it is possible to know the view that the interviewees have of their own life trajectories, in line with and / or dissonance with the thematic established to approach.

Key words: oral literature, transcription, textualization, transcription.

1. INTRODUÇÃO

O sujeito entrevistador, ao trabalhar com a memória[1], tem a obrigação profissional de ouvir o que o entrevistado tem a dizer, respeitando sua fala. Cabe ao pesquisador, dentro de suas possibilidades, procurar conhecer ao máximo a história, o tempo, o espaço em que a memória é reconstruída. Dessa forma, o entrevistado não tem a obrigação de corresponder às perspectivas do entrevistador, antes, este deve buscar compreender a fala do entrevistado e intervir com perguntas de caráter descritivo nos momentos que considerar necessário; não podendo intervir com indução a juízos de valores ou atitudes coercitivas.

O que é dito é muito importante, mas não devemos nos prender a isso. As construções da memória lembrada, o espaçamento de tempo entre elas, os gestos, o olhar, a forma como é dita, assim como o próprio silêncio devem ser considerados. Os pensamentos cortados, mudanças de assunto ou atitude, os esquecimentos, dentre tantos

outros traços da memória, precisam ser “convalidados” na construção das lembranças.

O que consideramos geral e específico ou universal e particular não nos ajuda a abreviar o processo de desvendar o real concreto, já que, nesse movimento de esforços, as especificidades e particularidades adquirem formas próprias em uma constante reconstrução, das narrativas por seres que estão em movimento em relação uns aos outros, e, às determinações específicas das representações do vivido e do narrado.

Desta feita, parte da formulação prática da pesquisa realizada dialoga diretamente com o método de Roland Barthes [2], no que ele chama de “depuração”. No prefácio de uma série de diálogos apresentados à radio “France Culture”, ele afirma:

Falamos, fazemos os registros de som, secretários diligentes escutam nossos comentários, depuram-nos, transcrevem-nos, marcam-lhes a pontuação, extraem deles um primeiro *SCRIPT* que nos é submetidos para que os limpemos, agora, nós, antes de entregá-lo à imprensa, transformá-lo em livro, lança-lo à eternidade. Não será a ‘preparação de um morto’, que acabamos de seguir? Embalsamamos aquilo que dizemos, como faríamos a uma múmia, de modo a torná-lo eterno. Pois é preciso que duremos um pouco mais que a nossa própria voz;

é evidente que é preciso pela comédia da escrita *inscrever-mos* em algum lugar [2].

Segundo Barthes, quando passamos da oralidade para o impresso, perdemos muito do que somente a oralidade pode propiciar: entoação, ritmo, métrica, sons, silêncios, timbres, empostações, dentre outros fatores. Se bem que mesmo o ato de fala pensado no cotidiano, ao se apresentar de forma natural, espontâneo, verídico e expressivo, é teatralizado por todo um conjunto de códigos culturais e oratória, usa de táticas e artimanhas – principalmente em atos de fala público.

Falamos, fazemos os registros de som, secretários diligentes escutam nossos comentários, depuram-nos, transcrevem-nos, marcam-lhes a pontuação, extraem deles um primeiro *SCRIPT* que nos é submetidos para que os limpemos, agora, nós, antes de entregá-lo à imprensa, transformá-lo em livro, lança-lo à eternidade. Não será a ‘preparação de um morto’, que acabamos de seguir? Embalsamamos aquilo que dizemos, como faríamos a uma múmia, de modo a torná-lo eterno. Pois é preciso que duremos um pouco mais que a nossa própria voz; é evidente que é preciso pela comédia da escrita *inscrever-mos* em algum lugar [2].

Ao escrever, apagamos a inocência presumida daquela tática, a inocência exposta, tão explícita a quem sabe escutar quanto um texto a quem sabe ler. E ainda vem a reescrita, na qual, muitas vezes, ainda que sem querer, censuramos e riscamos o que foi dito, as complacências, hesitações, ignorâncias, tolices e (in)suficiências.

Quando escrevemos o que foi dito, há perdas e ganhos, porque, no ato da fala, existe o imediatismo que impossibilita a

retomada do dito, a menos que se suplemente, esclarecendo explicitamente, enquanto no impresso há tempo para diversas retomadas.

Quando falamos, é como se uma ideia asseverasse a anterior, legitimando o discurso. Há como que uma ligação nascente nos signos que retomam e denegam explicitamente o que foi dito anteriormente. Ao transformar a fala em escrito, perdemos o rigor de nossas transições de ideias, e na transcrição há a perda do que se chama “resto de linguagem”, do tipo “não é?”. Essas interpelações costumam ser relacionadas pelos linguistas com a função fática da linguagem, ou a de interpelação.

Para Barthes, na transcrição da fala, perdemos o corpo exterior do diálogo, chamado contingente, que lança mensagens “intelectualmente vazias”, mas que tem a função de interagir com o outro, mantendo-o na condição de parceiro.

O objetivo, neste trabalho, é de analisar a constituição dos discursos e relatos orais, razão pela qual aceitamos a utilização da transcrição como ato final de escrita das lembranças, com a finalidade de perceber até que ponto certas “inteirezas” do discurso, presentes na fala, perpassarão e como permanecerão no corpo do texto analisado.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Dada a interação inicial entre o sujeito pesquisador e o sujeito entrevistado,

passamos para as entrevistas que se sucedem pela tríade: transcrição, textualização e transcrição. Este trabalho está pautado em entrevistas transcritas que passaram por um longo processo antes de se configurar “*corpus*” de um estudo. Vamos comentar, de forma sucinta, o processo de interação com o sujeito narrador, memória narrada, até chegarmos ao texto objeto de análise.

As entrevistas coletadas passaram por três etapas iniciais: a) a transcrição, que é a primeira versão escrita dos depoimentos; nela, se busca reproduzir fielmente tudo o que foi dito sem recortes ou acréscimos; b) a textualização, na qual se omite o entrevistador e se afere ao narrador a titularidade das narrativas; c) a transcrição, em que o texto é recriado a ponto de ser coerente e fazer sentido para o leitor que não teve acesso ao diálogo inicial. Mais à frente, explicitaremos cada uma das três fases aqui brevemente pontuadas.

Quanto às informações, seguimos a orientação geral de referência para a transcrição dos relatos, embora não haja consenso no seio da comunidade de pesquisadores. O que percebemos de mais consensual foi descrito passo-a-passo por Lucília Delgado, quando faz menção às transcrições afirmando que:

As passagens pouco claras devem ser colocadas em colchetes; dúvidas, silêncios e hesitações, identificadas por reticências; risos devem ser identificados com a palavra (*riso*) entre parêntese; o negrito deve ser utilizado para palavras e trechos de forte entoação [3].

Após ouvir e re-ouvir as entrevistas, refazendo as conversas gravadas, revisando as transcrições para ver se havia falhas ou erros e corrigi-los, se necessário, passamos a classificá-los. Algumas das entrevistas diferenciavam-se da grande maioria. Algumas, por privilegiarem trajetórias de vida; outras, por darem privilégio à temática de estudo. Essas entrevistas foram retiradas do “*corpus*” do trabalho para serem reutilizadas em tempo oportuno. Não seria apropriado neste momento fazer três tipos distintos de análise de um “*corpus* com estilos diversificados em seu conteúdo”. Dadas as impossibilidades de análise de todo o material, precisamos refazer as alternativas de modo a refinar o processo. Por isso, das dezesseis entrevistas iniciais, o presente “*corpus*” permaneceu com apenas dez.

Com o intuito de minimizar os prejuízos de conteúdo, na narrativa inicialmente oral e traduzida para a escrita, foi dado prosseguimento ao processo de textualização.

A certeza da impossibilidade de escrever como se fala, levou-nos a rever Barthes e sua transcrição, ao ponto que Delgado [3] também se fez presente. Paul Thompson também auxiliou na tentativa de repensar a metodologia, diante da situação apresentada. No período pós-campo de pesquisa, foram feitos os três estágios, passando o maior tempo possível em cada um. Começando com a transcrição, buscávamos marcar as palavras-chave que expressassem o

sentido da narrativa. Atentando sempre para a “tradução” da fala para a escrita. Essa fase é interessante porque há, por parte dos entrevistados, o reconhecimento de “sua voz” no texto impresso. Foram mantidos os vícios linguísticos, os choros, risos, lágrimas, alegrias, silêncios e contradições, as falas inconclusas, as superposições de relatos, tudo foi mantido no início.

Na segunda fase, ainda de acordo com o processo elaborado por Meihy [4], foi produzida a textualização. Anulamos a voz do “entrevistador”, para que o diálogo fosse fluente, a ponto de não haver necessidade da presença do “entrevistador”. Com isso, passamos da transcrição inicial para a textualização, na qual reorganizamos o discurso, obedecendo à estrutura plausível a um texto escrito. Assim, pela soma das palavras-chave, estabelecemos o *corpus inicial*, ou seja, os assuntos constituintes dos argumentos.

Pela anulação da voz do entrevistador e a supressão das perguntas incorporadas no discurso do depoente, buscamos envolver o leitor pela rearticulação das entrevistas, para fazê-la mais compreensível literalmente.

Nessa teatralização da atmosfera da entrevista, ansiando reproduzir no leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato real, voltamos a Barthes ao que ele chamou de “teatro de linguagem”, para nos embasar na fase final de trabalho dos discursos: a transcrição.

Na terceira fase, temos a transcrição, que passa pela transcrição literal dos signos sonoros, atravessando pela textualização das ideias, e indo além de ambos: a entrevista relatada completamente transformada em escrito que será lido em um outro contexto. Dessa forma:

O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita esta condição no lugar de uma cientificidade que seria ainda mais postiça. Com isso, valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo preenche de sugestões. Convém não admitir o sentido pleno do falso nesta técnica. As entrevistas reeditadas são muito trabalhosas e para que o “teatro” se realize impõem-se situações variadas, e não raro complementação de palavras e frases que não foram mais que insinuadas. Neste procedimento uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos dependentes [5].

De Michel Foucault, foram utilizadas as questões referentes à autoria do autor. Há muitas proposições sobre a autoria e, por vezes, não se sabe dizer ao certo quem é o autor, se é o narrador, pesquisador/transcriador ou o leitor. Portanto, foi utilizado o contexto foucaultiano de autoria: “O autor é, sem dúvida, aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito. Mas a atribuição – mesmo quando se trata de um autor conhecido – é o resultado de operações críticas complexas e raramente justificadas” [6].

Após a transcrição, os relatos foram levados aos depoentes, que tiveram liberdade para mudar frases, alterar sentidos, subtrair ou adicionar o que acreditassem ser necessário ao conteúdo.

O atestado de veracidade, que certifica a verdade que ele deixa passar, é o que dá credibilidade à textualização do pesquisador. Um bom texto para ficar pronto é editado inúmeras vezes e embora sua “teatralidade” transpareça espontaneidade, não é esse o objetivo final. É mister ter a aprovação do depoente, para que se possa continuar a análise das entrevistas, buscando encontrar traços identitários em comum nos discursos dos entrevistados.

Não se trata de falsificação. O recriar textos está entre dois polos: o da fala, que diz muito, mas omite bastante; e o da escritura, que passa para o impresso o que a voz quis dizer, mas não falou. Trata-se de dispor dos mecanismos que a língua dispõe para “teatralizar” as vozes, viabilizando a recriação da aura narrativa. Basta usar instrumentos como reticências, interjeições, figuras de tropos, dentre tantos outros sinais e signos da linguagem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pensar na relação do sujeito pesquisador com o sujeito pesquisado, é necessário ter em vista a compreensão mútua do porquê e para quê se dá a conversa de registro das memórias. A concordância de ambos em participar interativamente do trabalho deve ser precedida pela cessão formal dos registros.

O ato de evocar as memórias através de entrevista é uma “arte” que em muito se aproxima da maiêutica socrática. A empatia, o diálogo, a rememoração se posicionam na relação em viés de mão dupla do diálogo estabelecido pela presentificação da memória – que está em constante mudança – e o registro da mesma que se difere da verdade socrática [7].

Por mais que a gramática de subordinação tente dar uma estrutura de ordem às ideias, sutilmente servindo-se dos parênteses e da pontuação, das reticências e interjeições, ela não consegue apreender a forma, os sons, as entonações da fala. Não há a anulação do outro, mas a mudança de sujeitos, o outro antes interlocutor é substituído na transcrição pelo outro leitor.

O pensamento antes teatralizado pela voz e suas formas articulatórias é substituído pelo *script* da imagem que se quer dar ao leitor. Consequentemente, há um terceiro ato, o da escrita, que implica produção textual, a qual chamaremos de transcrição, a criação a partir da transcrição textualizada. Diferente da fala, em que o corpo do discurso aparece de maneira histórica, e da transcrição em que o corpo do discurso aparece castrado, na escrita transcrita o corpo das ideias propõe-se a ser sintético, comedido.

No processo de transcrição, utilizamos a metodologia de Meihy, que consiste em transcrever as entrevistas, textualizá-las e, face às condições dadas durante a coleta das narrativas, pelas

constantes participações e intervenções de pessoas interferindo nas entrevistas, gerando um contexto de pluralidade, concordamos e utilizamos a mesma postura de Meihy quando escreve:

(...) assumimos o caráter coletivo da narrativa, ainda que optássemos pela instauração de um narrador. Por sua vez este passava a ser não um representante do grupo, mas a sua fala foi assumida como expressão da voz comunitária. Uma fala aliás passível de ser “possuída” por qualquer pessoa do grupo. [4].

Tendo em vista, na maior parte das entrevistas, a experiência individual ser filtrada da coletiva, escolhemos manter um sujeito-lembrante-narrador, para registrar “sua” expressão.

A fala, o texto transcrito e a escrita transcrita despertam paixão e interesse não só pela sua repercussão cotidiana, mas pela diversidade, diferença e linguagem utilizadas que levam os interlocutores às ideias e a diálogos. Levam a possibilidades.

Para Caldas, o conceito de transcrição desmantela o tradicional respeito e distância entre o sujeito e o objeto, instaurando um desequilíbrio e um estranhamento radical entre ambos. Ele afirma que:

O conceito de transcrição traduz uma ação criativa e uma relação viva entre as clássicas dicotomias (sujeito-objeto, eu-tu, oral-escrito, documento-pesquisador) superando-as sem fazer-lhes concessões. No processo transcritivo as dicotomias lógicas, necessárias a qualquer instauração científica, cedem lugar a uma ficcionalidade viva, a um sujeito e um mundo sem os limites que lhe são normalmente impostos, bem longe dos limites científicos de

uma metafísica caduca e perigosa, vivendo o indefinido como condição de existência [8].

A atmosfera da entrevista presente nas “técnicas literárias” é necessária para a criação textual que vai da transcrição ao texto final. Assim como “o momento de gravação”, foi internalizado desde os primeiros trabalhos de criação do texto, o mundo de sensações provocadas pelo contato do leitor com o texto migra do escrito para a interpretação: o texto se torna feixe vivo de ficcionalidades e interferência virtual de todos os participantes.

O que é narrado oralmente ou escrito é distinto do acontecido, é uma representação. Ao estudar alguns ângulos das diversas dimensões do real, nesse hiato entre o vivido e o narrado, buscamos associar os acontecimentos e fatos, numa relação dinâmica entre as práticas e os imaginários ficcionais que a realidade coloca como desafio. Sobre esse quadro apresentado, Berman escreveu:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e reais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: Nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade-desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia [9].

Nesse sentido de ambigüidades e angústias, entrevistamos velhos e velhas lembrantes, narradores de lembranças marcadas pelas representações de suas “mentalidades”. Nas marcas da disputa, estão contidas permanências, rupturas, controles das relações, interações das diversidades,

presentes nos registros descortinados da memória. Nesse contexto, procuramos e/ou aguardamos registrar as formas como estas atuam na determinação da compreensão do passado, do presente e do futuro. [10].

A partir dos depoimentos gravados, transcritos, textualizados e transcriados, acreditamos ser possível conhecer a visão que os entrevistados têm de suas próprias trajetórias de vida, em consonância e/ou dissonância com a temática estabelecida para abordagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato transcriativo e a ação transcriadora são produzidos a partir das memórias dos sujeitos lembrantes que atuaram produzindo reminiscências e reproduzindo trajetórias de vida. Ao relacionar *do planejamento à transcrição, à textualização, à transcriação*, foram descritos e sistematizados os traços da memória coletados, indicando como se procederam as fases da pesquisa, que iniciaram com o planejamento e posterior ida ao campo de pesquisa, sendo esta primeira fase sucedida por outra que processa os dados colhidos em três atos distintos: primeiro transcrevendo as falas dos sujeitos lembrantes ao mais próximo possível da realidade, sendo seguida pela textualização da fala, suprimindo a ideia de diálogo interlocutivo e a voz do sujeito entrevistador. No terceiro ato, há a transcriação, em que os relatos orais são

propostos em forma de prosa como uma narrativa constante, na qual o entrevistador não aparece para dar lugar ao entrevistado, e este desenvolve seu pensamento e sua fala numa textualidade compreensível ao leitor que se fez ausente do diálogo inicial.

O trabalho com fontes orais deve ser reflexivo, ponderando os fatos e se propondo a interferir na transformação social [11]. O pesquisador deve ter consciência de que a memória está envolta em poder, indistintamente de ser memória individual ou coletiva: poder de lembrar, poder de esquecer, poder de omitir, poder de silenciar, e poder de lembrar de forma “adocicada” [12]. Em cada depoimento, percebe-se o que Delgado afirma que “cada depoimento é único e fascinante em sua singularidade” e, potencialidade de revelar emoções e identidades [13], buscando contribuir para que as lembranças permaneçam vivas e atualizadas, não por questão de exaltação ou crítica pura e simples do passado, mas pela procura permanente de escombros do diálogo do presente com o passado [3].

Embora o narrador seja um sujeito lembrante, alguém que conta histórias, relata atividades e expõe experiências ao entrevistador; o entrevistador/transcriador, por sua vez, também trabalha questionando. Formula e executa um projeto de pesquisa [14], conduz e domina os utensílios para a coleta das entrevistas e escolhe os entrevistados. É ele quem decide o que deve ou não ser transcrito, textualizado, transcriado; há também o leitor que tem todo um passado de

discussões, leituras e vivências, é ele quem decide se começa a ler pelo início, pelo meio, pelo fim ou se nem inicia a tradução das letras grafadas no texto.

Para Caldas, o resultado final da transcrição são textos vivos (texto-sujeito) que perpassam de uma transcrição para uma textualização e, por fim, uma transcrição que partem de um escrever a oralidade para um metafísico modelo do dito, não-dito, não-pretendido, não-vivido, não-pensado, não-sentido que foi ouvido ou pretendido ser ouvido para ser escrito, sendo uma não-escrita do escrito, mas do escutado e percebido.

O texto final (depois de ter passado por várias entrevistas, várias transcrições, vários encontros de leitura e por todo o processo de formação textual) jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo nosso interlocutor; no entanto cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence (ele não disse mas somente ele poderia ter dito); cada história, cada ritmo, cada momento narrado pertence a ele e somente a ele, a ponto de um deles nos ter dito eu vivi cada uma dessas palavras (a escrita voltando-se até encontrar a voz que lhe deu vida; a escrita em busca de certa oralidade); mesmo depois da sua fala ter se transformado no texto transcrito (não somente mudança de códigos mas amálgama transcriativo), ao ter sido respeitado a essência viva da fala, o reconhecimento é muito maior do que com a simples pergunta-resposta: o texto transcrito é, para o interlocutor, sua vida no papel, aquela vida escolhida por ele para ser a sua vida, para ser o representante, para ele, do vivido (o que não quer dizer que seja o realmente vivido, o que seria voltar à metafísica tanto das Histórias quanto das demais Ciências Humanas) [8].

No processo de transcrição, o intento é chegar ao texto mais depurado possível, transcrever como quem traduz, refazendo o percurso, reintegrando as narrativas, somando as partes enunciadas para que o sentido íntimo da história contada se

estabeleça. O intuito é que o narrador apareça e o intermediário permaneça na penumbra, para que o narrador se destaque.

O objetivo da transcrição não é creditar autoria a um, a outro ou a um terceiro, mas evidenciar o narrador em sua essência maior. Como em uma construção na qual as sustentações provisórias, os andaimes e as marquises de suplementação devem sair de cena, após a obra completada.

As práticas da linguagem não se reduzem à fala ou à transcrição. O escrito torna-se um novo imaginário do pensamento [15]. O discurso transcrito deixa de coincidir com a personalidade, porque muda de destinatário [10]. Não é mais um diálogo de um sujeito e/com outro, mas o próprio sujeito muda. Se não há um sujeito dialogando, logo não há um “diálogo de dois”, mas um monólogo. Quando muito, há um “diálogo” do sujeito transcritor com o outro sujeito que não é o discursante. Há a desarticulação de continuidades e também o inverso, a articulação de descontinuidades. Segundo Delgado [3], há a mudança de tempo e espaço, onde não mais existem contatos de interlocutores, agora são os conectores lógicos que permeiam a fala, retomando-a sintaticamente por semantemas lógicos.

5. REFERÊNCIAS:

[1] BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo: T.A. Queiroz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

- [2] BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Perspectiva, São Paulo, 1975.
- [3] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Memória, História e Sujeito: Substratos da identidade. In: **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**. N.3, jun. 2000. – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. p 22.
- [4] MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e memória ou simplesmente história oral? **Anais do Encontro de História e Documentação Oral**. 5-11, UnB, Brasília, 1993.
- [5] MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- [6] FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- [7] MONTENEGRO, Antonio. **História oral e memória – a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010.
- [8] CALDAS, Alberto Lins. Interpretação e realidade. **Caderno de Criação, UFRO**. Dep. de História/CEI, n.º 13, ano IV, Porto Velho, setembro, 1997.
- [9] BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- [10] MONTENEGRO, Antonio. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- [11] CALDAS, Alberto Lins. **Seis ensaios de história oral**. Caderno de Criação, UFRO/Centro de Hermenêutica do Presente, nº 15, ano V, p. 37/57, Porto Velho: junho, 1998.
- [12] THOMPSON, Paul (1935-). **A voz do passado - história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- [13] HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaide La Guardiã Resende... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- [14] ENNE, Ana Lúcia Silva. **Memória e identidade social**. Disponível em <www.castelobranco.br/pesquisa/vol1/?link=memoria2.php&tipo=revista>. Acesso em 12 de jan. de 2007.
- [15] FOUCAULT, Michel. **Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.